

■ **UFSC** - A nova gestão da reitoria da UFSC realiza, nos dias 2, 3 e 4, os Fóruns de Planejamento para a Nova Administração, com nove sessões temáticas. O objetivo é apresentar diretrizes e elaborar políticas administrativas junto com a comunidade universitária. Informações: www.foruns.ufsc.br.

Diário Catarinense-Serviço

Apoio de peso

Atentos a esse potencial, a Fundação Certi, ligada à UFSC; o Instituto Tecnológico de SP; e o Centro de Tecnologia Mineral do Rio de Janeiro se organizam para apoiar a iniciativa privada. Conforme o senador Luiz Henrique, o país precisa dominar o processo de separação dos minerais para a produção das Terras Raras.

Diário Catarinense-Estela Benetti

UFSC

O futuro da UFSC começa a ser discutido amanhã, com os fóruns de planejamento para a gestão 2012-2016. Serão nove sessões. O campus Joinville vai ser inaugurado em 2014. A previsão era 2013, mas as obras atrasaram. O campus foi planejado para atender a uma população estudantil de 12 mil alunos. Hoje tem 1,2 mil.

A Notícia-Livre Mercado

Obituário

■ Bom pai, bom marido, bom professor. **Carlos Raul Borenstein**, 59 anos, morreu na sexta-feira depois de 12 anos lutando



ARQUIVO AGERCOM

heroicamente contra um câncer no sangue, a Doença de Waldenström. Borenstein nasceu em Porto Alegre numa família judaica. Formou-se em engenharia elétrica pela UFRGS e em 1976 entrou para o mestrado da UFSC, onde começou a lecionar no mesmo ano. Foi professor nos departamentos de Engenharia Elétrica e de Automação. Também foi coordenador de curso por 10 anos e participou do Conselho de Pesquisa da Universidade. Aposentou-se em 2000 por causa da doença, depois de 25 anos de trabalho na instituição. Sempre esteve presente para a família, dava apoio incondicional para a mulher, Miriam, e para a filha, Juliana. Foi sepultado no sábado, no Cemitério Jardim da Paz. Mais de cem pessoas participaram da cerimônia, inclusive três reitores da UFSC.

Diário Catarinense-Obituário

PRÉ-VESTIBULAR DA UFSC

Inscrição abre neste mês

FLORIANÓPOLIS — A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) deve abrir as inscrições para o curso pré-vestibular na segunda quinzena deste mês. As aulas começarão com pelo menos 30 dias de atraso, devido à extensa negociação para renovar a parceria com a Secretaria de Estado da Educação, que é responsável por fornecer as salas de aula onde o curso é realizado nas cidades do interior de Santa Catarina.

O coordenador do curso, professor Otávio Auler, já divulgou nota nas redes sociais para tranquilizar os interessados. Em discussões em sites como o Facebook, os alunos manifestavam preocu-

pação com o atraso no período de inscrições. Auler reconheceu que houve dificuldade na negociação, mas afastou a possibilidade da universidade encerrar o projeto para beneficiar estudantes vindos das escolas públicas. "Está tudo acertado. Só estamos definindo o número de cidades que terão as aulas", ressaltou.

Os pré-requisitos para participar do cursinho são: ter cursado o ensino médio em escola pública ou no mínimo estar matriculado em instituição pública no 3º ano. No ano passado, foram 1,5 mil alunos no pré-vestibular. A cada 100, 72 conseguiram qualificação para ingressar em universidades públicas.

Notícias do Dia-Cidade

Agressão aos professores, um evento 'natural'



Jéferson Dantas

Historiador e professor substituto no Centro de Educação da UFSC

Matéria recente publicada pela revista semanal IstoÉ e intitulada "Professor: profissão perigo" denota claramente a que estágio chegaram as agressões aos professores por parte dos estudantes em todos os níveis de ensino. O assassinato de um professor universitário em Minas Gerais por um aluno (este Estado lidera no Brasil o número de agressões aos docentes) e a criação de uma comunidade em determinada rede social por sete alunas desprezando e achincalhando uma professora sem o menor pudor vêm se tornando eventos cada vez mais "naturais" nos ambientes educativos. Cabe enfatizar que as agressões físicas e psíquicas aos docentes ocorrem com maior frequência no sistema privado de ensino. Tal fenômeno é visível em todos os países da América Latina.

Como no Brasil a educação nunca representou uma prioridade – haja vista as eternas polêmicas envolvendo quanto do nosso PIB tem de ser destinado para o setor no atual Plano Nacional de Educação –, isto vem acompanhado da pouca importância social do professor, visto como um trabalhador sem status ou um prestador de serviços (no caso das instituições privadas) que precisa obedecer ao "cliente", ainda que isto signifique ausência de critérios avaliativos no processo ensino-aprendizagem e a destruição plena de sua identidade profissional. Quando a educação é encarada como mera mercadoria, perde-se de vista o compromisso pedagógico estabelecido entre es-

tudantes e professores, pois isto implicaria estudos sistemáticos, avaliação processual e apropriação das categorias centrais dos diferentes eixos epistemológicos.

Ao longo das últimas décadas, muitos alertas foram dados por meio de pesquisas nacionais na área da Psicologia do Trabalho, que comprovam o elevado grau de estresse dos professores brasileiros, o que em médio e longo prazo podem se caracterizar como doenças crônicas ou síndromes sistêmicas. A exaustão emocional, o processo de despersonalização, o sofrimento psíquico e a ausência de envolvimento pessoal nas tarefas pedagógicas são apenas alguns dos sintomas mais evidentes dos professores que, diuturnamente, convivem com todo tipo de agressão e insulto no ambiente de trabalho, sem qualquer atenção das políticas públicas em vigor.

A solução ou as soluções, por mais reiterativas que sejam, têm de se dirigir para a valorização profissional dos professores, por meio de salários e planos de carreira atrativos, tempo para pesquisa e planejamento das aulas e a formulação de projetos interdisciplinares com os seus pares e maior interatividade com as famílias e os próprios estudantes. Caso contrário, teremos cada vez menos professores em sala de aula, o que tem contribuído para a tragédia educacional que se reflete em crianças e jovens semialfabetizados e um eterno imprevisto pedagógico que apequena uma nação dita "emergente".

“
As agressões
físicas e
psíquicas
aos docentes
ocorrem
com maior
frequência
no sistema
privado de
ensino.
”

SOB NOVAS REGRAS Governo inicia a criação do fundo previdenciário

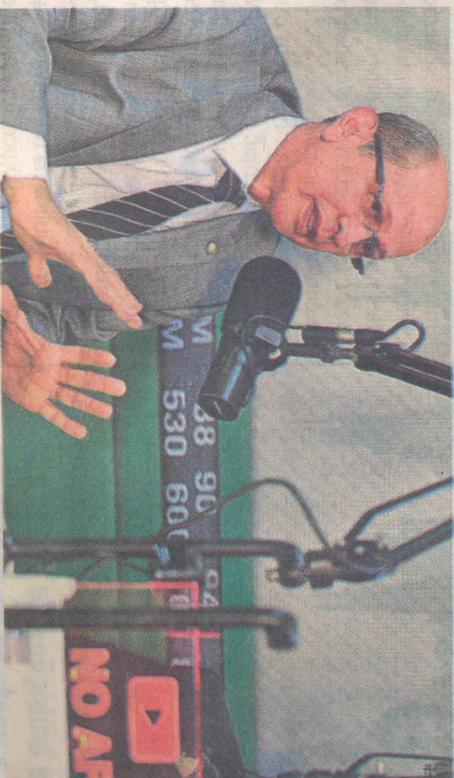
Grupo ficará encarregado de implementar mudanças nas aposentadorias dos servidores federais

Brasília

O Ministério da Previdência Social vai criar um grupo de trabalho junto com outros ministérios para definir o funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

Segundo o secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, Jaime Mariz, assim que a lei for assinada pela presidente Dilma Rousseff (PT) será constituído um grupo de trabalho com os ministros da Fazenda, do Planejamento, da Previdência e com a Secretaria Nacional de Previdência Complementar (Previc) para definir o funcionamento das três fundações.

– Vamos elaborar os estatutos e os regimentos, os planos de custeio para que a Previc possa autorizar o seu funcionamento – disse.



Jaime Mariz prevê que o trabalho seja concluído no prazo de 30 dias

Ele espera que em 30 dias o grupo de trabalho conclua a tarefa e, depois, a Previc fará uma análise do trabalho para poder autorizar o funcionamento das fundações. No novo modelo, o funcionário contribuirá com 11% até o teto do Instituto Nacional do Segu-

ro Social (INSS), hoje de R\$ 3,916,20. Para receber mais do que o limite da Previdência Social, o funcionário terá de aderir a um fundo de pensão privado ou optar pela Funpresp, para o qual pagará, todo mês, 8,5% da diferença entre o teto da Previdência

Social e o salário total. A União contribuirá com o mesmo percentual. Cada poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – terá o próprio fundo de pensão para os seus servidores.

A mudança só vale para os servidores nomeados a partir da sanção da lei. Em contrapartida, o trabalhador que aderir à previdência complementar passa a pagar menos Imposto de Renda. Inicialmente, a alíquota é de 35%, maior do que no regime tradicional, mas o imposto cai cinco pontos percentuais a cada dois anos de contribuição, até chegar a 10% a partir de dez anos de contribuição.

Os atuais servidores também poderão optar pela permanência no regime de aposentadoria integral ou pelo regime de previdência complementar em criação. O Ministério da Fazenda não espera a migração desses funcionários para o novo sistema, mas esclarece que quem mudar não será prejudicado.

ELZA FETZ/AGÊNCIA BRASIL. BD.15/03/2012